



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 06

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

MANDATO 2021/2025

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2025**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, **sob a presidência** de Aníbal Manuel Curto Ribeiro e secretariado por, Ana Paula Duarte Cardoso primeira-secretária e Carlos Manuel Moutinho Laranjo segundo-secretário, **reuniu na modalidade presencial**, no auditório do edifício da Resinagem, sito na Praça Stephens, **em sessão ordinária, a Assembleia Municipal da Marinha Grande** com a seguinte ordem de trabalhos: _____

1. **APROVAÇÃO DA ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL n.º 4 e 5/2025**, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual; _____

2. **15.ª MODIFICAÇÃO AOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – 5.ª REVISÃO ORÇAMENTAL**, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual; _____

3. **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual; _____

4. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA**, nos termos do disposto na alínea c), n.º 2 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

vvvvv

Para além dos membros da Mesa, marcaram presença os seguintes deputados: _____

Bancada do Mais Movimento pela Marinha (+MPM): Carlos Wilson da Silva Batista, Carlos Jorge Dias Alves, Artur Jorge Rosa dos Santos, Lisa Manuela Bordalo Barata, Vanessa Andreia Feliciano e Rocha, Jorge Manuel Domingues Fragoso Brígido, Carlos Manuel Moutinho Laranjo e Ângela Domingues de Sousa; _____

Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU): João Pedro Leal Norte, Maria Clementina Loureiro Esperança, Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro, Lino Jorge Lopes Fragata e André Pereira Ruivaco Fernandes; _____

Bancada do Partido Socialista (PS): Ana Catarina Sousa da Silva Carlos, Joaquim António Paiva Rodrigues, Maria de Fátima Malesso Cardoso e Filipa Ramos Ferreira Cruel; _____

Bancada do Partido Social Democrata (PSD): Manuel José Cardoso Santos; _____

Bancada do Bloco de Esquerda (BE): Nuno Miguel Lopes Machado; _____

e ainda os seguintes **Presidentes de Junta de Freguesia:** _____

Marinha Grande: Maria das Neves Gaspar Oliveira (+MPM); _____

Moita: Franclim de Sousa Ventura (CDU); _____

Vieira de Leiria: Miguel Noraldo Parreira Diniz (PS). _____

vvvvv

Estiveram ainda presentes, pelo **Órgão Executivo**, o Presidente da Câmara Municipal, Aurélio Pedro Monteiro Ferreira, os Vereadores João Emanuel de Brito Filipe, António Fragoso Henriques, Orlando Jóia dos Santos Costa e as Vereadoras Ana Isabel de Jesus Alves, Ana Laura Lopes Rogério Baridó e Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho. _____

vvvvv

De acordo com o disposto no art.º 49.º do Regimento, foram ainda **admitidas as respetivas substituições** dos seguintes deputados: Susana Paula Ribeiro Domingues (CDU) pela deputada Maria Etelvina Lopes Rosa Ribeiro, Luís António Geria Barreiros (CDU) pelo deputado Lino Jorge Lopes Fragata (CDU), Ana Luísa Cardeira Martins (PS) pela deputada Maria de Fátima Malesso Cardoso (PS), João Cravo Nunes da Silva Granja (+MPM) pelo deputado Carlos Manuel Moutinho Laranjo (+MPM), Filipe Ferreira Duarte (CDU) pelo deputado André Pereira Ruivaco Fernandes (CDU), Francisco Manuel de Jesus Soares (PS) pela deputada Filipa Ramos Ferreira Cruel (PS), Rita Lourenço de Sousa (+MPM) pela deputada Ângela Domingues de Sousa (+MPM) e Álvaro Pinto Cardoso (PS_PJVL) pelo Miguel Noraldo Parreira Diniz (Secretário do Executivo da JFVL). _____

vvvvv

Após a verificação da existência de quórum, com a presença de vinte e quatro deputados, nos termos do disposto no artigo 11.º do Regimento, pelas vinte horas e quarenta minutos, o **Presidente da Mesa**, Aníbal Curto Ribeiro, declarou aberta a sessão. _____

vvvvv

O **Presidente da Mesa** declarou aberto o período ANTES DA ORDEM DO DIA pelas vinte horas e quarenta e sete minutos. _____

vvvvv

_____**ANTES DA ORDEM DO DIA**_____

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que apresentou, em nome da Bancada do PS, a seguinte **RECOMENDAÇÃO**:

“Atribuição do nome de Helena Rocha a uma rua da Marinha Grande

Faleceu, no passado dia 23 de setembro, **Helena Rocha**, figura ímpar no panorama educativo, cultural e artístico da Marinha Grande. Professora, diretora da Escola Secundária Calazans Duarte, dirigente associativa, colaboradora da Rádio Clube Marinhense, e, a nível nacional, dramaturgista e tradutora ao lado de Filipe La Féria, em produções que marcaram gerações.

Em vida, foi justamente homenageada pelo Teatro Politeama em 2023 e, em 2024, distinguida pelo Município com a Medalha de Mérito Cultural. Hoje, cabe-nos a nós perpetuar a sua memória no espaço público da Marinha Grande.

Atribuir o seu nome a uma rua é um gesto de gratidão da cidade a quem tanto lhe deu. É assegurar que as gerações futuras não esquecerão o contributo notável de Helena Rocha para a afirmação cultural e social da Marinha Grande. A Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária a 26 de setembro de 2025, recomenda à Câmara Municipal que:

1. Seja atribuído o nome de **Helena Rocha** a uma rua da cidade da Marinha Grande, como forma de homenagem ao percurso de vida, dedicação e contributo desta personalidade para a educação, a cultura e a afirmação do concelho;

2. Sejam cumpridos os trâmites legais necessários à atribuição toponímica, em articulação com as entidades competentes.”

A **Recomendação** foi aprovada por **Unanimidade**

A *Recomendação encontra-se anexa à presente ata.* _____ *Anexo 1*

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que apresentou, em nome da Bancada do PSD, a seguinte **Moção**:

“Moção da Bancada do PSD

Exposição de Motivos

Considerando a importância da transparência, rigor e responsabilidade na gestão dos serviços públicos, especialmente no que concerne à criação da nova imagem de marca do município da Marinha Grande, e tendo em conta os acontecimentos recentes que demonstram falta de cuidado na verificação do trabalho entregue, bem como na seleção do fornecedor responsável pelo serviço, torna-se necessário agir em defesa dos interesses da população.

Constatações

Verificou-se uma ausência de critérios rigorosos na escolha do fornecedor para o serviço de criação da nova imagem de marca do município.

Foi identificada falta de atenção e de cuidado na verificação do trabalho entregue, prejudicando a qualidade e a credibilidade da imagem institucional.

Estes factos geraram insatisfação e dúvidas entre os munícipes quanto à seriedade e competência do executivo na condução deste processo.

Moção

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Marinha Grande propõe e exige que o Senhor Engenheiro Aurélio Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, em nome do executivo, apresente desculpas públicas à população, reconhecendo as falhas verificadas na condução deste processo, e assumindo o compromisso de implementar medidas que garantam maior rigor, transparência e participação dos munícipes em decisões futuras relacionadas com a identidade e imagem da cidade.

Conclusão

A apresentação de desculpas públicas é medida fundamental para restaurar a confiança da população no executivo municipal, demonstrando humildade, responsabilidade e respeito pelos valores democráticos e pela comunidade que representa.

Deliberação

Que esta moção seja aprovada e comunicada oficialmente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande.

Que a apresentação das desculpas públicas seja efetuada por meio dos canais oficiais do município, com ampla divulgação junto da população.”

A **Moção** foi rejeitada por **Maioria** com 1 voto a favor, 10 votos contra e 13 abstenções.

A Moção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 2

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que referiu concordar com a ideia geral da moção do PSD, mas considerou que um pedido de desculpas não resolve a situação criada. Referiu que não havia necessidade de alterar a imagem institucional da Marinha Grande e que os valores gastos são elevados, embora não possa avaliar os preços praticados no setor. Indicou que a informação disponível aponta para uma reformulação abrangente da imagem institucional. Anunciou a abstenção na votação, esclarecendo que as posições do seu grupo não dependem do partido proponente, mas apenas do conteúdo das moções.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** agradeceu a intervenção do deputado e esclareceu que o processo foi conduzido com total transparência, conforme a prática do executivo. Referiu que 99,6% das contratações realizadas no ano decorreram por concurso público. Destacou que a empresa contratada é credível e premiada internacionalmente. Concluiu afirmando não ter comentários a fazer sobre a moção.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que manifestou compreender a indignação pública gerada pelo novo logótipo, salientando que a cidade enfrenta várias necessidades

prioritárias, como falta de vagas em creches, condições deficientes no centro de saúde, problemas no mercado e passeios degradados. Relatou também o mau estado dos acessos na zona industrial, que considera motivo de embaraço. Sobre a moção, reconheceu a sua pertinência, embora considere que carece de alguns fundamentos. Referiu que a situação poderia ter sido evitada e que a solução apresentada é pouco criativa. Concluiu afirmando que, perante outras matérias mais relevantes que poderiam justificar um pedido de desculpas, esta não é a mais evidente, anunciando assim a abstenção da bancada da CDU.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Artur Jorge (+MPM)** que afirmou compreender que o logótipo possa gerar debate estético e sobre prioridades de investimento. Referiu, contudo, que circula desinformação ao afirmar-se que os 62.000 euros corresponderam apenas ao logótipo, solicitando ao Presidente ou a um Vereador que esclareça publicamente o que esteve incluído no concurso público além do próprio símbolo. Quanto ao pedido de desculpas proposto na moção, declarou que apenas o apoiaria quando fossem retiradas e desculpadas as insinuações feitas, na anterior Assembleia Municipal, de que o Presidente teria sido corrupto na escolha da entidade gestora da creche da Ivima.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que recordou que, aquando de anteriores discussões sobre a imagem institucional da Marinha Grande, foi sugerido que futuras alterações fossem realizadas através de concursos dirigidos a artistas e designers locais. Defendeu que esta prática valoriza os profissionais da área, cuja arte merece reconhecimento, e não apenas quando alcançam notoriedade pública.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves** que afirmou reconhecer qualidade no trabalho gráfico desenvolvido, elogiando o designer responsável. Esclareceu que o procedimento de contratação incluiu diversos serviços, não se limitando à criação da logomarca. Entre os itens previstos estavam: consultoria e estratégia global de comunicação, elaboração de plano de conteúdos, criação da identidade visual, manual de normas, recolha fotográfica para constituição de um banco de imagens, produção de vídeos promocionais e spots

bilingues, bem como material promocional. Sublinhou assim que o valor contratado corresponde a um conjunto alargado de trabalhos e não apenas à logomarca.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que apresentou, em nome da Bancada do PS, a seguinte **Declaração de Voto**:

"Declaração de Voto da Bancada do PS

Aqui a nossa justificação, para o sentido de voto, não é em toda a conclusão da moção, mas sim se este executivo tivesse pedido desculpas de todo mal que fez nem amanhã, daqui saíamos. E a realidade é que tem haver com prioridades, ou seja, 60M€ aqui davam para arranjar tantas habitações sociais. Nas unidades de saúde, por exemplo, podíamos reabilitar tanta coisa. É só por causa disso. Prioridades."

A Declaração de Voto encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 3

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que abordou a questão de caráter, acusando o Presidente de faltar à verdade em diversas ocasiões. Referiu declarações feitas num debate eleitoral relativas ao número de unidades do Centro de Saúde e ao estatuto do terreno destinado ao novo mercado, que considera incorretas. Criticou ainda afirmações do Presidente no programa *Conta Lá*, enumerando vários projetos e protocolos cuja origem atribui ao Partido Socialista e não ao executivo atual. Apontou também incumprimentos de promessas como a residência de estudantes, a piscina municipal e a reorganização interna da Câmara e acusou o executivo de não concretizar a estratégia e os projetos anunciados. Concluiu afirmando que o mandato terminou com resultados insuficientes e que, na sua perspetiva, a Marinha Grande mudou para pior.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 4

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Franclim Ventura (CDU_PJM)** que lamentou que a última reunião ordinária do mandato não tivesse sido realizada na Moita, considerando essa decisão desrespeitosa

para os moitenses. Apresentou um conjunto de obras e compromissos que, na sua perspetiva, o executivo não cumpriu ao longo do mandato na freguesia, incluindo ausência de investimentos em saneamento, abastecimento de água, habitação social, arruamentos, espaços públicos, segurança rodoviária, manutenção de equipamentos e resposta a necessidades da população. Criticou igualmente a falta de execução de projetos como o pavilhão gimnodesportivo, a ciclovia e diversas requalificações pedidas. Destacou ainda a não celebração do contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia. Considerou que a maior desilusão foi a compra das instalações da Associação São Silvestre, que acabou por encerrar, deixando utentes sem apoio, trabalhadores desempregados e um investimento avultado sem retorno, resultando na perda de um serviço social essencial para a comunidade.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Artur Jorge (+MPM)** que enquadrou o final do mandato num contexto pré-eleitoral, criticando o que considera serem inverdades e narrativas injustas difundidas pela oposição sobre o executivo +MPM. Defendeu que o mandato foi marcado pela resolução de dossiês antigos e pela definição de uma visão estratégica para o concelho. Destacou como principais resultados a conclusão da revisão do PDM, a resolução dos licenciamentos de obras particulares, o avanço do projeto da creche da IVIMA, a aprovação da Carta Educativa, investimentos significativos em saneamento, mobilidade e habitação, a criação de Áreas de Reabilitação Urbana, o lançamento da nova piscina municipal0,; a captação de mais de 9 milhões de euros em fundos comunitários, melhorias no setor da saúde, incluindo o novo Centro de Saúde de Vieira e a redução do número de utentes sem médico de família, várias intervenções em escolas e equipamentos desportivos, e a modernização dos serviços camarários. Referiu que o volume de investimento ultrapassou os 52 milhões de euros no mandato. Concluiu afirmando que a Marinha Grande ganhou rumo e estratégia e está mais preparada para os desafios futuros, assumindo o compromisso de continuar esse trabalho.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 5

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Fátima Cardoso (PS)** que alertou para o enfraquecimento do Estado social e para o crescimento do populismo, que promove divisões e põe em causa o modelo de sociedade democrática. Foram referidos sinais de retrocesso em Portugal, nomeadamente a

fragilização do SNS, da Escola Pública, dos direitos laborais e dos direitos das mulheres, bem como o agravamento da crise na habitação e o aumento da precariedade. Destacou a violência doméstica como uma vergonha nacional e um falhanço da democracia. Sublinhou ainda que estas fragilidades alimentam o populismo e ameaçam conquistas de Abril, apelando à defesa do Estado social, à dignidade no trabalho, ao combate à indiferença e à necessidade de escolhas conscientes nas próximas eleições autárquicas, reforçando que Abril foi conquistado e deve ser defendido com coragem, solidariedade e humanismo.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 6*

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que destacou a coerência do trabalho desenvolvido ao longo do mandato e lamentou a falta de valorização do papel deliberativo da Assembleia Municipal, bem como o incumprimento da recomendação de descentralizar sessões para a freguesia da Moita. Criticou a possibilidade de a atual vereadora Ana Alves assumir a presidência da Assembleia, considerando existir risco de limitações à liberdade de intervenção.

Referiu dificuldades recorrentes na obtenção de respostas a requerimentos e estranhou a receção tardia de informações relevantes antes da sessão. Assinalou incoerências nas respostas relativas às festas da cidade, lembrando que já fora apresentado relatório semelhante em 2023. Manifestou preocupação com problemas persistentes nas AFF e CAF, a insuficiente capacidade de resposta para as famílias e a falta de planeamento adequado.

Sobre a creche da Ivima, questionou a demora no lançamento do concurso após deliberação da Assembleia e a falta de informação completa enviada ao órgão. Concluiu denunciando obstáculos ao exercício da fiscalização, afirmando que a Câmara tem boicotado o acesso à informação necessária.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que criticou a forma tardia e insuficiente como foi enviada informação sobre o concurso da creche da Ivima, afirmando que só recebeu uma frase, apesar de existir já um processo fechado com cinco candidatos. Considerou a comunicação desrespeitosa e comparou-a a um "folheto de supermercado", lamentando que os eleitos sejam tratados como se não percebessem a situação.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Nuno Machado (BE)** que deixou uma mensagem final de mandato, agradecendo a aprendizagem destes quatro anos e sublinhando respeito por todas as candidaturas à Presidência da Assembleia Municipal. Fez um balanço crítico do mandato, reconhecendo que foram concluídos alguns projetos iniciados anteriormente, mas apontando o reduzido cumprimento das promessas eleitorais do executivo. Referiu propostas do Bloco de Esquerda aprovadas, mas não concretizadas, destacando o exemplo da rotunda do Pero Neto. Defendeu a necessidade de consensos e de uma estratégia estável para o concelho, independentemente dos ciclos eleitorais. Enfatizou que o foco deve ser a melhoria da qualidade de vida na Marinha Grande, Moita e Vieira de Leiria, apontando carências em áreas como escolas, equipamentos desportivos e sociais, apoio aos idosos, mobilidade e valorização das praias. Apelou a uma visão mais global e menos partidária, defendendo uma “Marinha Grande para todos”.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves** que prestou as seguintes informações:

Esclareceu que não comentará intervenções de teor eleitoral, concentrando-se nas AFF e CAF. Destaca que o número de salas passou de 18 em 2021 para 34 em 2025, evidenciando o investimento municipal na educação e no apoio às famílias. Explicou os diferentes períodos de inscrição definidos para garantir o planeamento das turmas e referiu que, após o início do ano letivo, continuam a surgir inscrições tardias, o que gera listas de espera. Informou que existe um total de 42 crianças nesta situação, das quais 25 serão integradas brevemente, e que foi criada uma nova turma para a Escola da Moita devido à elevada procura. Esclareceu ainda que todas as crianças inscritas atempadamente estão colocadas e que os serviços continuam a trabalhar para integrar as restantes, avaliando também situações excecionais em articulação com os agrupamentos de escolas.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que relatou que voltou a ocorrer este ano um problema já verificado em anos anteriores, relacionado com a confusão dos pais entre a manifestação de interesse na renovação das AFF/CAF e a efetiva inscrição, o que levou muitos a acreditarem que tinham garantido a vaga quando não tinham. Refere que esta situação gerou dificuldades no arranque do ano letivo. Assinala ainda que, durante o ano, muitos encarregados de

educação passam a trabalhar a tempo inteiro e não encontram resposta nas AFF/CAF, sendo forçados a recorrer ao privado. Dá exemplos concretos de situações problemáticas, incluindo casos de irmãos sem prioridade e episódios de pressão sobre os pais por falta de listas divulgadas atempadamente. Conclui criticando a falta de atenção do executivo às preocupações apresentadas ao longo do mandato.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves** que prestou as seguintes informações:

Esclareceu que não tem conhecimento da situação referida na Escola Nery Capucho, sublinhando que, sem inscrição validada nas AFF/CAF, a responsabilidade de recolher a criança é sempre do encarregado de educação. Afirmou que as turmas estão validadas e que apenas permanecem pendentes os casos inscritos fora do prazo, que estão a ser analisados individualmente. Reforçou que é prática normal que a escola contate os pais quando estes não cumprem o horário e que só em situações de negligência reiterada é acionada a polícia, considerando, por isso, pouco credível que um agrupamento tenha dado a indicação de chamar as autoridades às 15h30, entendendo que tal não corresponde aos procedimentos habituais.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** prestou as seguintes informações:

Expressou pesar pelo falecimento da Professora Helena Rocha, endereçando palavras de conforto à família, e ressaltou que o município a homenageou em vida, destacando a dignidade dessa homenagem. Declinou comentar intervenções de cariz eleitoral.

vvvvv

Terminadas as intervenções no período antes da ordem do dia e por se tratar de uma sessão ordinária, e dando cumprimentos ao estipulado no n.º 1 do artigo 16.º e no artigo 18.º do Regimento, o **Presidente da Mesa** informou que estão reunidas as condições para o período de INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

vvvvv

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

vvvvv

1 – O Sr. Ricardo Jorge Neto Farto, residente em Vieira de Leiria, fez a seguinte intervenção:

Classificou o mandato do Presidente Aurélio Ferreira como um fracasso político, administrativo e prejudicial para a Marinha Grande. Criticou a ausência de obras estruturantes e de novos projetos, bem como a falta de manutenção do espaço público e a estagnação do concelho. Referiu que as freguesias foram prejudicadas pela inexistência de contratos interadministrativos e apontou a incoerência do Presidente relativamente ao apoio aos jovens universitários, recordando a frase “os jovens têm que dar antes de receber”. Alertou ainda para impactos do emissário submarino e lembrou que o Presidente, enquanto vereador, nunca votou a favor de orçamentos. Assinalou a fragmentação do movimento que o elegeu e acusou o Presidente de continuar a usar indevidamente a sigla “+”. Concluiu que o mandato foi marcado por oportunidades perdidas, promessas falhadas e propaganda, defendendo que os marinhenses exigem mais e que o futuro deve ser construído com seriedade e resultados.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 7

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 8

vvvvv

2 – O Sr. Virgílio de Sousa Gregório, residente em Marinha Grande, fez a seguinte intervenção:

Começou por agradecer a oportunidade de participar ao longo do mandato, lamentando, porém, a ausência recorrente dos vereadores. Criticou o Presidente da Mesa da Assembleia por, no seu entender, não ter exercido corretamente as responsabilidades do cargo, permitindo ultrapassagens de tempo e conduzindo os trabalhos de forma inadequada. Recordou várias obras municipais de mandatos anteriores como o Atrium, o túnel Santos Barosa, intervenções em Albergaria e um prédio em Picassinos apontando problemas, falta de utilidade ou má execução, e questionando responsabilidades, chegando a defender auditorias para esclarecer dúvidas sobre decisões e contas públicas. Referiu ainda o cemitério do Casal Galego, que continua com problemas de manutenção. Manifestou desagrado com candidatos que, antes das eleições, afirmam publicamente que serão eleitos, mostrando desconfiança face a tais atitudes. Criticou também a gestão prolongada do

processo de revisão do PDM. Finalizou expressando surpresa com uma candidata tida como independente, mas que, na sua perspetiva, demonstraria excessiva proximidade a uma força política.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 9*

vvvvv

3 – O Sr. Filipe Carvalho, residente em Marinha Grande, fez a seguinte intervenção:

Referiu ser coordenador de uma das seis equipas de saúde do Centro de Saúde e manifestou preocupação com o estado do edifício do Centro de Saúde da Marinha Grande, com mais de 40 anos e onde se realizam cerca de 100 mil atendimentos anuais, referindo que as condições de segurança, higiene, ventilação, climatização e acessibilidade estão muito abaixo dos mínimos legais. Recordou que, desde março de 2022, a responsabilidade do edifício é da Câmara Municipal, mas que, em mais de três anos, apenas foi intervencionada uma sala entre mais de cem, apesar de existir desde 2010 um projeto de reabilitação revisto em 2023, estimado em cerca de dois milhões de euros. Comparou com os restantes municípios da Unidade Local de Saúde, que já realizaram obras significativas, afirmando que apenas a Marinha Grande ficou para trás. Alertou para a dificuldade em atrair médicos, por falta de gabinetes e condições, indicando que a sua equipa assumiu voluntariamente um número de utentes muito superior ao adequado, o que compromete a qualidade do serviço. Apresentou três propostas para que todos os partidos reconheçam a falha e se comprometam a não repetir o abandono do centro de saúde, que seja feita ainda este ano uma intervenção mínima que permita iniciar obras profundas e que seja nomeado um interlocutor municipal para a saúde, que visite regularmente o centro de saúde e dialogue com profissionais e utentes. Reforçou a disponibilidade das equipas de saúde para colaborar, pedindo um compromisso claro e urgente para garantir condições dignas de trabalho e atendimento.

A ficha de inscrição encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 10*

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que a bancada da CDU tem um documento relativo às condições de infraestrutura do Centro de Saúde, afirmando que, no programa da CDU, a requalificação do edifício é uma prioridade municipal, bem como a defesa intransigente do SNS. Explicou que o documento resulta do trabalho da Comissão de Utes, que tem alertado para a necessidade urgente de obras e para a reposição do SAP 24 horas, considerando que a

Marinha Grande é uma cidade com atividade permanente e que esse serviço é necessário. Reiterou o apelo para que a autarquia pressione pela requalificação do edifício e pela melhoria das condições de atendimento. Manifestou reconhecimento pelo contributo do profissional de saúde presente na sessão e apelou a que, no próximo mandato, todos os responsáveis se comprometam a resolver rapidamente os problemas do Centro de Saúde e a garantir, junto do Estado, a contratação de médicos e condições adequadas para os receber.

O documento encontra-se anexo à presente ata. _____ *Anexo 11*

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** referiu a intervenção do Município Sr. Ricardo, sublinhando a importância da participação jovem na sociedade e lembrando que, apesar de terem trabalhado em conjunto no Conselho Municipal da Juventude, este faltou a alguns eventos. Incentivou-o a aprofundar o conhecimento sobre emissários submarinos e sobre o funcionamento dos grupos de cidadãos eleitores, disponibilizando-se para o ajudar. Agradeceu depois a assiduidade do cidadão Sr. Virgílio ao longo dos quatro anos de mandato, reconhecendo-lhe mérito e civismo. Relativamente à intervenção do Sr. Filipe, referiu a reunião recente onde foram discutidas as necessidades do Centro de Saúde, explicando que está prevista uma intervenção em duas fases, uma imediata, para resolver problemas urgentes, e outra mais profunda, a articular com a Unidade Local de Saúde. Recordou ainda que, segundo informação transmitida pelo Sr. Filipe, no final de julho já não existiam utentes sem médico de família na Marinha Grande, facto que reiterou e agradeceu.

vvvvv

De seguida, o **Sr. Presidente da Câmara** passou a palavra à **Vereadora Ana Alves** que informou que reuniu com o Sr. Filipe e outros profissionais de saúde para ouvir preocupações relativas às condições do Centro de Saúde. Explicou que, na reunião com o Sr. Filipe, foi apresentada uma proposta de adaptação temporária do espaço onde a equipa trabalha, visando torná-lo mais atrativo para a captação de médicos. Referiu ter enviado essa proposta à ULS, juntamente com pedidos anteriores, aguardando agora parecer sobre a refuncionalização dos espaços, incluindo a área do SAP caso venha a ser convertida em SUF. Esclareceu que a ULS é a entidade responsável pela definição das condições e pela articulação interna, razão pela qual alguns profissionais participaram em reuniões anteriores e outros não. Agradeceu o contributo do Sr. Filipe e interpretou a sua

intervenção como um apelo ao consenso e à articulação política futura, considerando a saúde uma prioridade.

vvvvv

Tomou a palavra, o **Sr. Filipe Carvalho** que esclareceu que o texto previamente partilhado com os restantes coordenadores visava apenas apresentar factos, sem carácter acusatório, reforçando o apelo à união de todos os partidos para que a área da saúde não seja objeto de conflitos políticos. Defendeu a necessidade de compromissos concretos e não de declarações vagas, explicando que a sua unidade assumiu cerca de 4600 utentes sem médico de família, triplicando o rácio recomendado, o que tornou o serviço insustentável. Informou que já existem atrasos significativos no agendamento de consultas, com marcações a ser feitas para novembro, situação que considera inaceitável. Alertou que não poderá manter este modelo para além do final do ano se não houver soluções efetivas. Referiu ainda que a equipa apresentou um projeto para a criação de uma USF, aguardando respostas obrigatórias no prazo legal de 60 dias, salientando que, caso seja aprovada, necessita de garantias e condições para a sua entrada em funcionamento. Terminou reforçando que todos os partidos, incluindo os da oposição, podem e devem colaborar para serem parte da solução.

vvvvv

Cerca das vinte e três horas e onze minutos, o **Presidente da Mesa** apresentou e colocou à apreciação, discussão e votação, os pontos da ordem de trabalhos, incluídos na **ORDEM DO DIA**, conforme previsto no artigo 19.º do Regimento. _____

vvvvv

_____ **ORDEM DO DIA** _____

vvvvv

PONTO 1 - **APROVAÇÃO DAS ATAS DA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE n.º 04 e 5/2025** _____

O **Presidente da Mesa** pôs em apreciação a ata nº 4/2025 da sessão ordinária de 27 de junho de 2025 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido **aprovada por maioria**, com dezasseis votos a favor e oito abstenções, por ausência dos deputados na referida

sessão, conforme disposto no n.º 3, do artigo 34.º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

O Presidente da Mesa pôs em apreciação a ata nº 5/2025 da sessão extraordinária de 25 de julho de 2025 e, como não houve correções a fazer, submeteu a mesma à votação tendo esta sido **aprovada por maioria**, com vinte e um votos a favor e três abstenções, por ausência dos deputados na referida sessão, conforme disposto no n.º 3, do artigo 34.º, do Código de Procedimento Administrativo na redação atual.

vvvvv

PONTO 2 – **15.ª MODIFICAÇÃO AOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS DE 2025 – 5.ª REVISÃO ORÇAMENTAL** _____

“Presente certidão de teor n.º 63/2025/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 22 de setembro de 2025: _____

Presente proposta de 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025, sob a forma de Revisão Orçamental, acompanhada de mapas auxiliares, constituída pelas seguintes alterações: _____

4.ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2025, no valor de 35.666,20 euros nos reforços e 132.556,53 euros nas anulações; _____

5.ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2025, no valor de 35.666,20 euros nos reforços e 132.556,53 euros nas anulações; _____

5.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2025, no valor de 20.666,20 euros nos reforços; _____

4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2025, no valor de 132.556,53 euros nas anulações. _____

Considerando que de acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o SNC-AP, é disposto que não é revogado o ponto 8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, o qual estabelece as regras das Modificações do Orçamento. _____

Considerando que o art.º 46.º B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto que a republicou, preceitua que as modificações do Plano Plurianual de Investimentos se consubstanciam em alterações e revisões, e que o mesmo conceito se deve aplicar ao Plano de Atividades Municipais, no qual constam as despesas com as atividades mais relevantes da gestão autárquica. _____

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta da 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025, sob a forma de revisão orçamental, constituída pela 4.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 5.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 5.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais e 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual. _____

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025, sob a forma de revisão orçamental, constituída pela 4.ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2025, 5.ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2025, 5.ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2025 e 4.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2025, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por Unanimidade.

vvvvv

Usou da palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que assinalou que esta é a última Assembleia Municipal do mandato e que nela se avalia também a atividade e a situação financeira do Município. Referiu que, até 31 de agosto de 2025, a execução das despesas de capital se fixou em 10,7% e a das despesas correntes em 49,8%, indicando que o investimento voltou a não ser concretizado e que obras estruturantes permaneceram por fazer. Recordou declarações proferidas pelo atual executivo quando era oposição, em 2021, nas quais criticava sucessivas alterações orçamentais, a falta de execução e a ausência de concretização de obras participativas, observando que essas críticas descrevem exatamente a realidade atual. Sublinhou que, ao contrário do que então fez o atual executivo, o PS não atua como força de bloqueio e, apesar das falhas, votará favoravelmente

a alteração orçamental por considerar prioritário o interesse do concelho. Concluiu afirmando que as críticas feitas no passado aplicam-se ao mandato que agora termina, defendendo que o executivo não realizou as obras não por impossibilidade, mas por falta de vontade, e que também no futuro não as concretizará.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 12

vvvvv

PONTO 3 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS _____

“Presente certidão de teor n.º 64/2025/DRH referente à seguinte deliberação camarária da reunião ordinária de 22 de setembro de 2025: _____

Nos termos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a autorização de despesas que deem lugar a um encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas: _____

- _ a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; _____
- _ b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos. _____

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, adiante designada por LCPA, que aprova as regras aplicáveis à assunção de Compromissos e aos Pagamentos em Atraso, se dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal. _____

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do artigo 3.º da LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico. _____

Considerando que algumas ações apresentam dotação em anos seguintes insuficiente para os encargos que se perspetivam assumir com procedimentos de contratação pública relativos a, nomeadamente, bens, serviços e empreitadas de obras públicas, tendo sido proposto o reforço das dotações em anos seguintes na proposta da 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025 – 5.ª Revisão, a ser presente na próxima sessão da Assembleia Municipal. _____

Assim, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que seja solicitada à Assembleia Municipal da Marinha Grande: _____

1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao limite máximo das dotações corrigidas, propostas na 5.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2025, para o ano de 2026, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual; _____

2. Autorização para assunção de encargos orçamentais para o ano de 2026, até ao limite máximo das dotações corrigidas propostas na 5.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2025, em cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; _____

3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo dos encargos no ano económico de 2026, no valor das dotações corrigidas aprovadas com a 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025 – 5.ª Revisão, nas ações infra indicadas: _____

a)	2023	A	12	APOIO À GESTÃO E SERVIÇOS DE NATUREZA TÉCNICA
b)	2023	A	15	DESPESAS BANCÁRIAS DIVERSAS
c)	2024	A	31	CARNAVAL DAS ESCOLAS
d)	2022	A	147	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO DE CANÍDEOS E GATÍDEOS
e)	2022	A	149	AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA CANÍDEOS, GATÍDEOS E PATOS
f)	2022	A	177	AQUISIÇÃO DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL
g)	2022	A	175	OUTROS ATOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
h)	2022	A	18	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA FROTA AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS DO MMG (MARINHA GRANDE) - GASÓLEO
i)	2022	A	19	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA FROTA AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS DO MMG (VIEIRA LEIRIA) - GASÓLEO
j)	2025	A	5	ESCOLA A TEMPO INTEIRO-AAAF-ALIMENTAÇÃO
k)	2025	A	7	ESCOLA A TEMPO INTEIRO-CAF-ATIVIDADES
l)	2025	A	6	ESCOLA A TEMPO INTEIRO-CAF-ATIVIDADES

m)	2022	I	29	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE JOGO E RECREIO PARA O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
n)	2022	I	98	PROJETO E EMPREITADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE
o)	2025	I	1	GRANDES REPARAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES EM DIVERSOS EDIFÍCIOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
p)	2024	I	9	GRANDES REPARAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
q)	2025	I	9	AQUISIÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA NASCENTE
r)	2025	I	10	AQUISIÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA VÁRZEA

A presente deliberação apenas produz efeitos desde que aprovada a 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025 – 5.ª Revisão, podendo posteriormente ser tomada a deliberação na sessão da Assembleia Municipal relativa ao assunto em epígrafe. _____
Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.” _____

vvvvv

A **Assembleia Municipal** da Marinha Grande **apreciou e aprovou**, a Assunção de Compromissos Plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação atual:

1. Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais até ao limite máximo das dotações corrigidas, propostas na 5.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2025, para o ano de 2026, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual;
2. Autorização para assunção de encargos orçamentais para o ano de 2026, até ao limite máximo das dotações corrigidas propostas na 5.ª Revisão aos Instrumentos Previsionais de 2025, em cumprimento do preceituado na alínea b) do n.º 1 do art.º 22 do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;
3. Que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, se fixe o limite máximo dos encargos no ano económico de 2026, no valor das dotações corrigidas aprovadas com a 15.ª Modificação aos Instrumentos Previsionais de 2025 – 5.ª Revisão, nas ações infra indicadas:

a)	2023	A	12	APOIO À GESTÃO E SERVIÇOS DE NATUREZA TÉCNICA
b)	2023	A	15	DESPESAS BANCÁRIAS DIVERSAS
c)	2024	A	31	CARNAVAL DAS ESCOLAS
d)	2022	A	147	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO DE CANÍDEOS E GATÍDEOS
e)	2022	A	149	AQUISIÇÃO DE RAÇÃO PARA CANÍDEOS, GATÍDEOS E PATOS
f)	2022	A	177	AQUISIÇÃO DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS PARA A BIBLIOTECA MUNICIPAL
g)	2022	A	175	OUTROS ATOS CULTURAIS PROMOVIDOS PELO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE
h)	2022	A	18	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA FROTA AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS DO MMG (MARINHA GRANDE) - GASÓLEO
i)	2022	A	19	FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS PARA FROTA AUTOMÓVEL E EQUIPAMENTOS DO MMG (VIEIRA LEIRIA) - GASÓLEO
j)	2025	A	5	ESCOLA A TEMPO INTEIRO-AAAF-ALIMENTAÇÃO
k)	2025	A	7	ESCOLA A TEMPO INTEIRO-CAF-ATIVIDADES
l)	2025	A	6	ESCOLA A TEMPO INTEIRO-CAF-ATIVIDADES

m)	2022	I	29	AQUISIÇÃO E GRANDES REPARAÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE JOGO E RECREIO PARA O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
n)	2022	I	98	PROJETO E EMPREITADA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DA MARINHA GRANDE
o)	2025	I	1	GRANDES REPARAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES EM DIVERSOS EDIFÍCIOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
p)	2024	I	9	GRANDES REPARAÇÕES E OUTRAS INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
q)	2025	I	9	AQUISIÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA NASCENTE
r)	2025	I	10	AQUISIÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DA VÁRZEA

Esta deliberação foi tomada por Unanimidade

vvvvv

PONTO 4 – APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA _____

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que fez menção à taxa de execução de 10.7%.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Ana Carlos (PS)** que aproveitou a ocasião para abordar o funcionamento do Conselho Municipal da Juventude, referindo que ao longo do mandato ocorreram apenas três reuniões e que deixou de participar por incompatibilidade profissional. Assinalou que, estando na última Assembleia Municipal do mandato, é tempo de fazer o balanço da

atividade da Câmara e da situação financeira do Município, concluindo que se trata de quatro anos perdidos. Identificou três áreas exemplificativas, na Saúde, criticou a recusa, em 2023, da proposta dos vereadores do PS para avaliação de terrenos para o Centro de Saúde da Vieira, apontando incoerência por parte do executivo ao admitir agora recorrer à banca, referiu ainda a inexistência de colaboração do executivo com as unidades de saúde, a ausência de médico no SAP e a falta de resposta às necessidades dos utentes. No Associativismo, contestou a narrativa de apoios inéditos, apontando incumprimento de prazos, condicionamentos e devolução de verbas, bem como a marcação, em plena campanha eleitoral, de uma cerimónia para assinatura de contratos-programa. Na habitação, afirmou que o concelho ficou para trás, salientando a intervenção limitada a pequenas obras, a reduzida despesa efetiva em habitação social no último ano e a manutenção de dezenas de fogos municipais inativos. Concluiu que o mandato termina com um concelho sem estratégia, visão ou resultados, reiterando que o PS nunca foi uma força de bloqueio e que sempre procurou soluções. Afirmou que o Partido Socialista está preparado para assumir as responsabilidades que os marinhenses lhe queiram confiar, defendendo que a mudança necessária na Marinha Grande não acontecerá com o atual executivo.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 13*

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Manuel Santos (PSD)** que interveio para, em tom crítico, felicitar ironicamente o executivo municipal pela alegada “excelente organização” dos concertos previstos para a Praça Afonso Lopes Vieira, em São Pedro de Moel, salientando que não houve problemas de trânsito, acessos ou instalações sanitárias porque, na realidade, não se realizaram quaisquer concertos. Considerou esta ausência de programação particularmente negativa num contexto em que a localidade se encontra, segundo afirmou, “moribunda”, sem iniciativas que atraiam visitantes. Prosseguiu com críticas à situação da Ribeira das Bernardas, referindo que a fauna, nomeadamente a população de roedores, aumentou significativamente, e que a flora está tomada por ervas daninhas, questionando quando será feita a respetiva limpeza. Recordou ainda que a limpeza da cortadera, cuja necessidade já havia assinalado anos antes, continua por fazer, embora tenha reconhecido que a limitação da progressão das acácias tem mostrado resultados, não sabendo, contudo, se por iniciativa da Câmara ou do ICNF. Relativamente à instalação de lombas, contestou a sua necessidade no troço entre a rotunda do Atrium e o final da Guarda Nova, afirmando que, desde 2019, não se registou qualquer acidente mortal naquela via. Concluiu manifestando que foi uma honra servir o concelho e desejando felicidades a todos.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Carlos Wilson (+MPM)** que começou por sublinhar a importância de uma atuação construtiva na Assembleia Municipal, destacando que muitas intervenções anteriores foram desinteressantes e provocatórias. Sugere a atualização do Regimento da Assembleia, considerando-o desatualizado. Manifestou preocupação com o abandono da vida política por cidadãos capazes de contribuir para o desenvolvimento socioeconómico local, alertando para o risco da infiltração da incompetência. Referiu que a Marinha Grande, apesar de desafios e mudanças no panorama europeu e industrial, mantém potencial para desenvolvimento, desde que haja coesão política e esforços conjuntos em mobilidade, infraestruturas, saúde, educação, habitação e atração de investimento. Reconheceu que o mandato do +MPM trouxe avanços e criou bases importantes, nomeadamente na interação com a CIMRL e a CCDR_C, mas salientou que houve atrasos em projetos e obras. Terminou com um apelo aos futuros eleitos para concluírem os projetos existentes, desenvolverem iniciativas significativas e atuarem com interesses comuns para garantir o progresso do concelho, e despediu-se, refletindo sobre os desafios e aprendizados ao longo dos últimos anos.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 14

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Fátima Cardoso (PS)** que anunciou que não será candidata a qualquer cargo autárquico nos próximos quatro anos. Destacou a importância do voto nas próximas eleições autárquicas e apelou a um governo local que enfrente os problemas com coragem, criatividade e visão, priorizando habitação, saúde, educação, mobilidade, desenvolvimento empresarial e inovação, cultura e qualidade de vida.

Propôs medidas concretas, incluindo a reabilitação dos 74 fogos desocupados, apoio a cooperativas de habitação jovem, criação de programas de apoio a séniores e famílias cuidadoras, plano de saúde municipal gratuito para maiores de 65 anos, reforço de centros de dia e programas de voluntariado sénior, atribuição de bolsas de estudo municipais e estágios remunerados, transporte público gratuito e mobilidade sustentável, desenvolvimento empresarial, inovação e instalação de pólo do Instituto Politécnico de Leiria, criação de gabinete de apoio ao empreendedorismo jovem, dinamização de equipamentos culturais e calendário anual de eventos.

Enfatizou que estas propostas são possíveis dentro do orçamento existente, destacando prioridades com investimento realista, e reiterou que continuará vigilante e atenta à ação dos futuros eleitos, defendendo sempre os interesses da população da Marinha Grande.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Artur Jorge (+MPM)** que iniciou a sua última intervenção referindo que, ao longo de oito anos, procurou desempenhar as suas funções com empenho e espírito colaborativo, agradecendo a confiança dos eleitores e afirmando sair de consciência tranquila. Destacou a sua postura de educação e urbanidade, mesmo em oposição no primeiro mandato. Despediu-se do presidente da mesa, vereadores sem pelouros e membros do executivo do +MPM, agradecendo o empenho e dedicação destes últimos, particularmente a vice-presidente Ana Alves, reconhecendo o trabalho, sacrifícios e seriedade com que desempenhou funções. Finalizou apelando a todos os deputados para que, no próximo mandato, discirnam entre interesses partidários e interesses reais da população, reiterando os valores pessoais e do +MPM.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ *Anexo 15*

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Loureiro (CDU)** que referiu que, antes de comentar o relatório de atividades, considerou importante destacar a execução orçamental de 10,7%, ponto que julgou merecer reflexão. Salientou que a bancada da CDU mantém consciência tranquila sobre o seu desempenho ao longo do mandato, não podendo ser responsabilizada por falhas do executivo. Referiu a conclusão de 74 habitações sociais, destacando a necessidade de disponibilizar de imediato o apartamento entregue à Associação São Silvestre. Sobre o Centro de Saúde, questionou a utilização de verba para a sala Snoezelen, dado que a sala foi oferecida pelo Rotary Club, sugerindo a possibilidade de o valor ter sido aplicado em obras urgentes, como a reparação do piso. Por fim, enalteceu a proposta do Sr. Filipe para acompanhamento mais próximo do Centro de Saúde pela Assembleia Municipal, considerando-a relevante e apelando à sua implementação, mesmo com o mandato a terminar, para garantir condições dignas no serviço de saúde.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Vanessa Rocha (+MPM)** que destacou que, no início do mandato 2020/2021, a prioridade do executivo foi reorganizar a Câmara Municipal e gerir a transferência de competências da administração central, não existindo projetos de obras significativos do passado, com exceção de uma obra de saneamento em curso. Sublinhou que o primeiro ano foi decisivo para preparar o terreno para o ciclo de investimentos, que se intensificou a partir de 2022, resultando em mais de 35 milhões de euros aplicados em obras estruturantes até 2025. Cada freguesia beneficiou de projetos de grande impacto local, destacando-se a piscina municipal, a creche da Ivima, a expansão da zona industrial e a requalificação da Escola Secundária Pinhal do Rei na Marinha Grande, em Vieira de Leiria a requalificação da Escola José Loureiro Botas, a inauguração do centro interpretativo de arte xávega e a criação de uma área de reabilitação urbana e na Moita a melhoria da escola e da rede viária.

A deputada salientou que estes progressos ocorreram apesar de bloqueios políticos, incluindo orçamentos chumbados, revisões travadas e falta de preparação para candidaturas a fundos regionais e comunitários, resultando em boicote ao desenvolvimento do concelho. Enfatizou que desde os anos 2000 a cidade não conhecia um ciclo de evolução cultural, social e de investimento semelhante, e destacou que o +MPM demonstrou ser possível governar com trabalho, visão e resultados, beneficiando a população e criando novas oportunidades. Concluiu afirmando que a Marinha Grande merece unidade em vez de guerras partidárias, e que o +MPM continuará a defender este caminho de progresso.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Miguel Noraldo (PS_PJVL)** que iniciou a sua intervenção agradecendo ao Presidente da Câmara por ter atendido à solicitação de pintura do gradeamento da marginal da Praia da Vieira, ainda que tardiamente, durante a época balnear. Criticou, porém, a requalificação dos passadiços e das paliçadas na estrada Vieira-Praia, destacando que apenas foram construídos 565 metros em vez dos 940 metros anteriores, deixando 375 metros sem paliçada e com serviço de má qualidade. Apontou ainda falhas na manta geotêxtil de proteção das madeiras e considerou que a solução escolhida para as paliçadas tem um mau aspeto estético.

Questionou a valorização que o executivo deu a algumas obras em ruas de Vieira de Leiria, esclarecendo que muitas das intervenções se limitaram a tapar buracos e a resolver pequenas ruturas, exemplificando com a Rua da Serraria, onde apenas 50 metros dos 530 metros foram requalificados. Acrescentou que projetos prometidos aquando da sua intervenção na Assembleia Municipal, como o da Rua do Casal D'Anja, nunca lhe foram enviados, considerando isso uma falta

de respeito institucional para com ele e para com o Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, que o tinha mandatado.

Concluiu criticando a postura do executivo ao longo do mandato, afirmando que não tratou as freguesias como parceiras, mas como adversárias, impedindo-as de realizar obras e promovendo um protagonismo político em detrimento das necessidades da população, deixando claro que os prejudicados foram os cidadãos eleitores.

vvvvv

Tomou a palavra, o **deputado Francim Ventura (CDU_PJM)** que criticou a falta de obras na freguesia da Moita durante o mandato, afirmando que a Moita foi esquecida e ignorada, e que nada foi feito pela Câmara Municipal, apesar da amizade entre os autarcas. No entanto, destacou que a Moita melhorou significativamente graças à ação da Junta de Freguesia, que realizou obras, manteve a limpeza e arrumação dos espaços públicos, e tornou a freguesia mais atrativa para viver.

Elogiou o trabalho diário do Presidente da Junta, que atua pessoalmente em diversas tarefas como conduzir o Dumper, limpar ruas, fazer reparações nas escolas e desempenhar funções de canalizador, mostrando dedicação constante.

Concluiu defendendo que a CDU merece vencer as eleições na Moita, não só naquela freguesia, mas em todo o concelho, valorizando o trabalho e compromisso da Junta com a população.

vvvvv

Tomou a palavra, a **deputada Maria Neves (+MPM_PJMG)** que destacou que assumiu o cargo com honra, dedicação e sentido de missão, enfrentando tempos de trabalho intenso e desafios que exigiram resiliência, mas que também trouxeram conquistas graças à cooperação entre trabalhadores da Junta, associações locais, instituições parceiras, Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

Enfatizou a importância da política de proximidade, por lidar diretamente com os problemas e aspirações das pessoas, sendo cada pedido atendido com impacto real na vida da comunidade. Afirmou que cresceu pessoalmente e se envolveu mais na comunidade graças a esta experiência, reconhecendo que muito foi feito, mas que sempre haverá mais por realizar, destacando a necessidade de continuar o trabalho com empenho e visão.

Agradeceu à população pelo diálogo e cooperação, aos colegas do Executivo, aos outros Presidentes de Junta, à Câmara Municipal e aos vereadores, especialmente ao Executivo +MPM, pelo empenho e resiliência, e à Assembleia Municipal pelo debate democrático.

Concluiu afirmando que serviu com honestidade, transparência e sentido de missão, comprometeu-se a continuar como cidadã ativa e desejou que os interesses da comunidade continuem a ser prioridade, expressando confiança de que o +MPM continuará a contribuir para o futuro da Marinha Grande.

A Intervenção encontra-se anexa à presente ata. _____ Anexo 16

vvvvv

Tomou a palavra, o **Presidente da Mesa da Assembleia Aníbal Curto Ribeiro (PS)** para responder a críticas sobre suposta tendenciosidade no desempenho do seu cargo, considerando tal afirmação uma ofensa. Assegurou que sempre procurou atuar de forma imparcial e que qualquer tendência que pudesse ter surgido teve como objetivo ajudar a resolver problemas.

Recordou que não foi o mais votado nas eleições de 2021, mas nunca fez acordos para obter o cargo de Presidente da Assembleia. Recebeu apenas os votos dos seus camaradas do PS, nos quais confiou para ser eleito. Frisou que nunca pediu nem se movimentou para assumir o cargo, tendo aceitado a função porque uma maioria o apoiou.

Destacou que sai do mandato com consciência tranquila, considerando a sessão de hoje um exemplo de bom trabalho da Assembleia. Lamentou não ter havido intervenções do público com a mesma qualidade e relevância dos deputados presentes, que contribuíram para debates sobre assuntos de interesse social e comunitário, em benefício da população da Marinha Grande.

vvvvv

Nos termos do n.º 4 do artigo 39.º do Regimento e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta, todas as deliberações tomadas na presente sessão. _____

vvvvv

Dando cumprimento à alínea c) do n.º 1 do art.º 30.º do RJAL, o Presidente da Mesa deu por encerrada esta sessão ordinária, pela zero horas e trinta minutos do dia 27 de setembro de 2025, da

qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano que a redigi, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º do RJAL aprovado pela Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual. _____

O Presidente da Assembleia Municipal

Aníbal Manuel Curto Ribeiro

Pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal

Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano
(Assistente Técnico n.º 133)



Município da
Marinha Grande

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MANDATO 2021/2025

ANEXOS

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

ANEXO 1

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Recomendação à Assembleia Municipal da Marinha Grande

Atribuição do nome de Helena Rocha a uma rua da Marinha Grande

Faleceu, no passado dia 23 de setembro, **Helena Rocha**, figura ímpar no panorama educativo, cultural e artístico da Marinha Grande. Professora, diretora da Escola Secundária Calazans Duarte, dirigente associativa, colaboradora da Rádio Clube Marinhense, e, a nível nacional, dramaturgista e tradutora ao lado de Filipe La Féria, em produções que marcaram gerações.

Em vida, foi justamente homenageada pelo Teatro Politeama em 2023 e, em 2024, distinguida pelo Município com a Medalha de Mérito Cultural. Hoje, cabe-nos a nós perpetuar a sua memória no espaço público da Marinha Grande.

Atribuir o seu nome a uma rua é um gesto de gratidão da cidade a quem tanto lhe deu. É assegurar que as gerações futuras não esquecerão o contributo notável de Helena Rocha para a afirmação cultural e social da Marinha Grande.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em sessão ordinária a 26 de Setembro de 2025, recomenda à Câmara Municipal que:

1. Seja atribuído o nome de **Helena Rocha** a uma rua da cidade da Marinha Grande, como forma de homenagem ao percurso de vida, dedicação e contributo desta personalidade para a educação, a cultura e a afirmação do concelho.
2. Sejam cumpridos os trâmites legais necessários à atribuição toponímica, em articulação com as entidades competentes.

Pela Bancada do Partido Socialista

Marinha Grande, 26 de Junho de 2025

ANEXO 2

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025



Moção

decretado
26/5/2021
[assinatura]

Exposição de Motivos

Considerando a importância da transparência, rigor e responsabilidade na gestão dos serviços públicos, especialmente no que concerne à criação da nova imagem de marca do município da Marinha Grande, e tendo em conta os acontecimentos recentes que demonstram falta de cuidado na verificação do trabalho entregue, bem como na seleção do fornecedor responsável pelo serviço, torna-se necessário agir em defesa dos interesses da população.

Constatações

- Verificou-se uma ausência de critérios rigorosos na escolha do fornecedor para o serviço de criação da nova imagem de marca do município.
- Foi identificada falta de atenção e de cuidado na verificação do trabalho entregue, prejudicando a qualidade e a credibilidade da imagem institucional.
- Estes factos geraram insatisfação e dúvidas entre os munícipes quanto à seriedade e competência do executivo na condução deste processo.

Moção

Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Marinha Grande propõe e exige que o Senhor Engenheiro Aurélio Ferreira, Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, em nome do executivo, apresente desculpas públicas à população, reconhecendo as falhas verificadas na condução deste processo, e assumindo o compromisso de implementar medidas que garantam maior rigor, transparência e participação dos munícipes em decisões futuras relacionadas com a identidade e imagem da cidade.

Conclusão

A apresentação de desculpas públicas é medida fundamental para restaurar a confiança da população no executivo municipal, demonstrando humildade, responsabilidade e respeito pelos valores democráticos e pela comunidade que representa.

Deliberação

- Que esta moção seja aprovada e comunicada oficialmente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande.
- Que a apresentação das desculpas públicas seja efetuada por meio dos canais oficiais do município, com ampla divulgação junto da população.



Como extorquir 63.000€ à
população da Marinha Grande



**MARINHA
GRANDE**
raízes de talento e inovação



ANEXO 3

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Declaração de Voto da Bancada do PS

Aqui a nossa justificação, para o sentido de voto, não é em toda a conclusão da moção mas sim se este executivo tivesse pedido desculpas de todo mal que fez nem amanhã, daqui saíamos. E a realidade é que tem a ver com prioridades, ou seja, 60000 EUR aqui davam para arranjar tantas habitações sociais, nas unidades de saúde, por exemplo, podíamos reabilitar tanta coisa, é só por causa disso. Prioridades.

ANEXO 4

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Peço a palavra antes da ordem do dia para uma **questão que não é de detalhe**, não é de gestão corrente - é uma **questão de carácter**.

E carácter, Senhor Presidente, avalia-se pelo compromisso com a verdade.

Ontem, no debate entre os candidatos, vimos o senhor Presidente praticamente chamar mentiroso ao candidato do Partido Socialista. Disse que no Centro de Saúde existem quatro unidades, quando na realidade são efetivamente **seis** (e passo a informá-lo: 3 unidades de saúde familiar, 2 unidades de cuidados de saúde personalizados e 1 unidade de cuidados continuados), como corretamente referiu o nosso candidato. Mas certamente que terá oportunidade de confirmar com pessoas que lá trabalham e estão aqui presentes.

Afirmou ainda que o terreno previsto para o novo mercado está em REN, quando na verdade está em **ARU**, o que permite a obra — exatamente como disse o candidato do PS.

Quem mente não são os outros. Quem mente é o senhor Presidente.

E não é caso único. Aliás, é uma prática recorrente.

Em 2021 apresentou-se aos marinhenses, prometendo um projeto com horizonte de quatro anos, prometendo uma mudança de paradigma, e termina este mandato com o quê? **Uma mão cheia de nada!**

E quando falamos do carácter, não podemos deixar de recordar o que ouvimos recentemente também no programa Conta Lá. Pode tentar desviar atenções, pode repetir slogans, mas os factos têm um teimoso costume de aparecer.

E nesse programa foram ditas inverdades que importa repor:

- O **projeto do Hidrogénio Verde** não nasceu do +MPM: foi trazido à Câmara em abril de 2021 por Carlos Caetano, do Partido Socialista.
- O **protocolo com os estudantes de Cabo Verde** foi assinado em julho de 2019 pela então Presidente Cidália Ferreira, do Partido Socialista.
- O **protocolo com a CEFAMOL** foi celebrado em dezembro de 2020, novamente pelo Partido Socialista.
- A **Marca Marinha Grande** foi criada em 2014 pelo Partido Socialista e, agora renovada por mais 10 anos por este executivo
- O **PDM**, a grande bandeira do +MPM, passo a citar o Sr Presidente “o grande investimento foi fazer a revisão do PDM que traz novas áreas industriais”. Vamos a factos, a revisão do PDM iniciou-se em 2013 e todas as etapas mais complexas, com a administração central, decorreram até 2019. Em 2020 já existiam plantas de ordenamento com as áreas de expansão industrial. Em 2021 essas áreas foram alargadas, tudo com o PS. Em 2022, o +MPM acrescentou a totalidade do casal da lebre, que não foi aprovada e aumentou a área para oeste, até à moita, contra a vontade da população, o resto está igual.

Ora, quando se tentam apropriar de feitos que não são seus, não estamos perante um problema de memória: **estamos perante um problema de caráter.**

E não é caso único. O Sr Presidente prometeu a Residência de Estudantes na antiga Albergaria Nobre. Não cumpriu.

Prometeu a Piscina Municipal. Não cumpriu. E pior: em 2022 dizia que a obra arrancava “em dois meses”. Hoje, nem concurso lançado, e a derrapagem de custos já duplica — de 6 para 12 milhões.

Por cada ano perdido, pagaremos milhões a mais.

Falou em “arrumar a casa”. O que fez foi desarrumá-la: criou 11 novas divisões, trouxe chefias de fora, aumentou custos em milhões e deixou departamentos sem liderança estável.

Prometeu uma estratégia para o concelho. Não a vimos.

Prometeu grandes projetos. Não existem.

O que fez foi herdar obras dos mandatos anteriores, requalificar o que já existia e, no resto, anunciar o que nunca concretizou.

Prometeu respeito pelos marinhenses. O que entregou foi propaganda, slogans e desilusão. E agora, em plena campanha, apresenta-se com o slogan “Não cruzamos os braços”.

É verdade: não cruzaram os braços. Cruzaram-se foi com a mentira, com a propaganda, com o engano dos marinhenses.

Senhor Presidente, há quatro anos dizia que “A Marinha vai mudar”. Mudou, sim, mas mudou para pior.

ANEXO 5

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Assembleia Municipal Ordinária – 26.09.2025

Intervenção antes da ordem do dia - Deputado Artur Jorge Santos - +MPM

Boa noite a todos os presentes, assim como aqueles que nos estão a ver ou ouvir em casa.

Estamos a concluir um ciclo autárquico de quatro anos, que inevitavelmente, coincide com o período pré-eleitoral.

Como se diz nos meios desportivos é a chamada “silly season”, em que quase tudo é permitido: promessas, críticas justas, críticas injustas, e inverdades, muitas inverdades.

O que temos ouvido e lido proveniente das oposições sobre o +MPM :

- Não fizeram nada!
- Não têm estratégia!
- Não sabem planear!
- Estamos muito pior do que estávamos!
- Mudámos mas foi para pior!
- E a última, bem fresquinha pois foi proferida ontem “O +MPM destruiu a camara!” referindo-se bem entendido, à organização da Câmara, que como todos sabemos até 2021, era um primor de eficácia, de eficiência, de rigor e que prestava um serviço publico de excelência a todos os marinhenses, até estes malfeitores do +MPM chegarem e destruírem tudo.

Haja um bocadinho de vergonha, haja um bocadinho de decoro!

Ora bem, perante tanta atoarda e tanta aleivosia, não podemos perder esta oportunidade para desmontar toda esta narrativa, que mais parece provinda de partidos neo-populistas, conspiracionistas e negacionistas que tem proliferado por todo o Mundo, do que de partidos que foram fundadores da nossa democracia. São os chamados sinais dos tempos.

É, por isso, o momento de fazer um balanço ainda que necessariamente parcial e resumido, com o rigor e a verdade que os marinhenses merecem.

O executivo que agora finaliza funções ficará marcado por ter desbloqueado dossiês que estavam parados há demasiado tempo, e por ter assumido uma visão de médio e longo prazo para o concelho, sustentada no planeamento, na sustentabilidade e no investimento estratégico.

Assembleia Municipal Ordinária – 26.09.2025

Em primeiro lugar, quero destacar a **Revisão do Plano Diretor Municipal**, que já devia ter sido realizada em 2005 e que, finalmente, foi concretizada. Trata-se de um instrumento essencial para o ordenamento do território e para a atratividade da Marinha Grande, dando confiança a investidores, famílias e empresas.

Contrariamente ao que tem sido propagandeado pela oposição nomeadamente por elementos do PS, a revisão do PDM que de facto foi iniciada pelo executivo PS em 2013, não estava nada bem encaminhada, estava parada, estagnada. Foi este executivo +MPM, sobretudo o presidente que agarrou o problema pelos “chifres” e o resolveu. E mais, sem embargo da dedicação de uma equipa de técnicos encabeçada pela Dra Inês Marrazes e pela eng Sandra Saraiva não fora a contratação por parte do +MPM da empresa Lugar do Plano, empresa conhecedora e experimentada nestas matérias, ainda hoje a revisão do PDM não estaria concluída. Eu sei do que falo pois tive o privilegio enquanto representante desta assembleia de participar numa reunião em que estavam presentes 29 entidades que tiveram de ser convencidas dos méritos desta revisão.

Outro problema histórico, que se arrastava há anos, foi também resolvido: os **licenciamentos de obras particulares**. O que era um dos maiores entraves à vida dos munícipes e ao dinamismo económico da cidade, foi colocado em ordem, com celeridade e transparência. Uma equipa subcontratada resolveu os processos anteriores a 2021 e a equipa da divisão reestruturou-se, reformou-se e o problema foi resolvido. Falta apenas a implementação da nova plataforma online para o serviço de poder considerar de excelência.

A creche da IVIMA cujo concurso de exploração já encerrou e tem candidatos.

E não fora a cegueira ideológica de alguma oposição a creche da IVIMA já poderia estar a funcionar há 6 meses. Relembro esta Assembleia que ainda na última sessão parte da oposição afirmou taxativamente que preferia uma IPSS não certificada, não preparada, não experiente a cuidar das nossas crianças do que uma empresa privada que se fosse certificada e experiente nesta matéria.

No campo da **educação**, a aprovação da **Carta Educativa** representa uma base sólida de planeamento para o futuro das nossas escolas, garantindo que as novas gerações terão melhores condições de aprendizagem e de crescimento.

Assembleia Municipal Ordinária – 26.09.2025

No setor das **infraestruturas básicas**, atingimos praticamente os **95% de cobertura de saneamento**, fruto de um investimento de 8 milhões de euros nos últimos quatro anos. É uma conquista estrutural, que dignifica a qualidade de vida no concelho.

Foi também aprovado o **Plano de Mobilidade**, que dá prioridade às pessoas, à segurança rodoviária e à sustentabilidade ambiental. Um dos pilares deste plano, o novo intermodal será construído seguramente no próximo mandato no antigo largo da feira, se os eleitores premiarem o +MPM com o seu voto

Na área da **habitação**, foi feita a **Estratégia Local de Habitação**, que identificou mais de 650 famílias elegíveis e que, já no próximo mandato, permitirá iniciar a reabilitação faseada das habitações sociais com financiamento garantido mas também faseado de **40 milhões de euros por parte do IRU**.

Em paralelo, foram criadas as **Áreas de Reabilitação Urbana (MG, VL, PV e mais tarde a Moita**, que abrirão a porta a benefícios fiscais para os proprietários que decidam recuperar o património edificado.

No campo do **desporto e lazer**, está em fase de concurso público internacional a construção da **nova piscina municipal**, uma reivindicação antiga da população. Um processo complicado e difícil, mas que seguramente será realizado esteja que estiver a liderar a Câmara.

O executivo demonstrou capacidade de captação de recursos externos. Enquanto no passado se conseguiram apenas 6 milhões em nove anos, nestes últimos três anos foram assegurados mais de **9 milhões de euros de fundos comunitários**.

Foram dados passos importantes na **saúde**, com o projeto e a aquisição do terreno para o novo **Centro de Saúde de Vieira de Leiria**, e com a reivindicação firme da instalação de mais médicos de família na marinha grande , o que permitiu que passássemos de **14 mil marinhenses sem medico de família em 2021 para poucas dezenas atualmente**.

Na área da educação que constitui 1/3 dos orçamentos anuais, referir a Carta Educativa, a escola Loureiro Botas cuja obras vão ser adjudicadas abaixo dos 8 milhões de euros, a Pinhal do Rei que já esta em obra, a escola João Beare que vai ser reabilitada, assim como a do Engenho a Nery Capucho e outras mais.

As obras do pavilhão Albino Reis Paulo, que tem 5 candidatos que aceitaram o limite orçamentado de 1,1 milhões também vai ser uma realidade a curto prazo

Assembleia Municipal Ordinária – 26.09.2025

Os **serviços camarários** foram modernizados, aproximando a autarquia dos cidadãos e simplificando processos. Nunca se investiu tanto na Marinha Grande – mais, até, do que na última década.

No total, falamos de um investimento de mais de **52 milhões de euros ao longo dos quatro anos**, com perspetiva de crescimento: 3 milhões em 2021/22, 13 milhões em 2024, 27 milhões em 2025, obviamente não está tudo executado, mas é deveras relevante. Prevendo que alguns deputados da oposição venham dizer que vivemos em concelhos diferentes, estes últimos números estão disponíveis na BASE.GOV são públicos e podem ser consultados por todos

Muito mais poderia ser dito e comprovado com números e factos, ficaríamos aqui o resto da noite.

Estes números confirmam o que todos sentimos: a Marinha Grande voltou a ter rumo, voltou a ter planeamento, voltou a ter estratégia, voltou a ter futuro.

A Marinha Grande está mais preparada para os desafios que se seguem. O que antes parecia bloqueado, hoje está em movimento. E o que parecia impossível, está agora ao alcance de todos.

Prosseguir este desígnio é o nosso compromisso

Muito obrigado.

ANEXO 6

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Vivemos tempos que exigem coragem e clareza. Tempos em que o Estado social de direito, a maior conquista da democracia, erguido com luta e sacrifício por tantas gerações, está sob ataque cerrado.

Não nos enganemos: o que está em causa não são apenas leis ou medidas avulsas. O que está em causa é o modelo de sociedade em que queremos viver.

A nível mundial, o populismo cresce, alimentado pelo medo, pela frustração, pelo ressentimento e pela desinformação. É o populismo que lança uns contra os outros, que semeia racismo, xenofobia, homofobia, misoginia. É o populismo que procura convencer-nos de que a culpa está sempre no outro, que culpa o migrante, a minoria, o diferente, o mais frágil, para esconder a incapacidade de resolver os verdadeiros problemas.

E quando, perante os nossos olhos, chegam imagens de Gaza e de outras guerras, imagens de sofrimento insuportável, de fome, de morte, de vidas interrompidas sem sentido, já quase não reagimos. Essa indiferença, esse cansaço perante a dor, é talvez o sinal mais grave do nosso tempo: estamos a perder o humanismo que devia ser o alicerce da nossa vida coletiva.

Em Portugal, os sinais são também inquietantes, as conquistas de Abril estão a ser corroídas. O Serviço Nacional de Saúde está fragilizado, a Escola Pública ameaçada, os direitos laborais postos em causa.

As mulheres parirem em ambulâncias e na rua passou a ser o novo normal, já não nos choca, até batemos palmas quando tudo corre bem, quando os bombeiros extravasam o seu papel, quando ajudam grávidas a dar à luz, porque as urgências estão encerradas e continuam encerradas. Mas, e quando não corre bem? Quando se morre às portas dos hospitais, quando simplesmente não há assistência em tempo útil? Cruzamos os braços. Cruzamos os braços?

Este ano, na 1ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior, foram colocados 43.899 alunos, o que representa uma diminuição de cerca de 12,1% em relação ao ano anterior. Ou seja, das cerca de 55.292 vagas, sobraram 11.513, o número mais alto desde 2016!

O elevador social, que deveria abrir portas a todas as crianças e jovens, independentemente da sua origem e berço, está avariado.

Assistimos a uma tentativa de revisão da lei laboral, que o governo quer agora impor, que não é neutra, não é inócua: é um ataque direto aos trabalhadores, é a tentativa de tornar a precariedade a regra e não exceção, é a normalização de uma vida sem garantias, de uma vida sem chão. Como pode um jovem fazer planos de vida se só lhe oferecem contratos curtos e salários baixos? Como pode uma família projetar futuro se vive constantemente na corda bamba?

Não podemos aceitar que os trabalhadores, que são a força e a riqueza do país, sejam condenados à instabilidade permanente. Um país não se constrói sobre a fragilidade de quem o sustenta, mas sim sobre a dignidade e segurança de cada trabalhador.

No campo dos direitos das mulheres, registam-se retrocessos: veja-se o que se fez e o que se pretende fazer com a Lei sobre gravidez, parto e violência obstétrica, com a Licença por luto gestacional, Reformas laborais que afetam a maternidade, a parentalidade a igualdade de género, a Limitação da licença de amamentação e horário flexível, a diminuição da Participação e representação política.

E ao mesmo tempo assistimos a outro flagelo: a violência doméstica. Todos os anos, dezenas de mulheres são assassinadas em Portugal às mãos de quem dizia amá-las. Todos os dias, milhares de mulheres vivem sob medo e sob o silêncio. E ainda há quem desculpabilize, quem relativize, quem diga que é assunto privado. Não é privado, é coletivo, é uma vergonha nacional. Cada mulher morta e agredida é um falhanço da nossa democracia.

Como se pudesse haver justificação para a agressão. Não pode haver. Nunca.

Como se não bastasse, a crise da habitação atingiu níveis que põem em causa o direito básico a ter um teto. Famílias expulsas das cidades, jovens sem condições para sair de casa dos pais, estudantes com mérito e vontade obrigados a desistir do ensino superior porque não conseguem pagar um quarto. O conhecimento, está a tornar-se privilégio de quem pode pagar. Isto é um retrocesso inaceitável, é hipotecar o futuro do país.

E é nestas fragilidades que o populismo se alimenta. Apresenta-se com um sorriso fácil, com palavras sedutoras, mas o que traz é perigoso: falsas promessas que só geram desilusão.

É o populismo que põe trabalhadores contra trabalhadores, portugueses contra imigrantes, jovens contra idosos.

É o populismo que diz que os impostos são sempre um roubo, mas nunca explica como pagar hospitais, escolas, transportes ou casas. É o populismo que grita contra os políticos, mas que vive da política para se alimentar.

E é aqui, na Marinha Grande, que tudo isto tem ainda mais significado. Porque esta não é uma terra qualquer. Esta é a terra do vidro, da indústria, do trabalho duro. Mas é, acima de tudo, uma terra de luta, de coragem, uma terra de Abril. Foi na Marinha Grande que se ergueram bandeiras de liberdade, que se enfrentou a ditadura, que se provou que o povo organizado tem força para mudar a história. Aqui, a palavra "resistência" não é apenas memória: é identidade.

É por isso que não podemos deixar que o populismo nos divida, que a precariedade nos fragilize, que a indiferença nos torne cúmplices da injustiça. Não podemos aceitar que a violência seja desculpada. Não podemos aceitar que a habitação e a educação sejam um privilégio só de alguns.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Aproxima-se as eleições autárquicas.

O nosso desafio hoje é o mesmo de quem nos antecedeu: lutar.

Lutar pelo Estado social, pela dignidade de quem trabalha, pelo direito a viver sem medo e pelo futuro das próximas gerações. Lutar sem ceder à tentação do protesto vazio.

O que precisamos hoje não são gritos fáceis nem insultos gratuitos ao próximo. Precisamos de escolhas conscientes.

Cada voto conta. Mas mais do que contar, cada voto pesa. Pesa na saúde, pesa na escola, pesa na habitação, pesa na vida concreta de cada um. Um voto de protesto pode satisfazer a raiva de um dia, mas hipotecar o futuro de muitos anos.

Abril não foi dado, foi conquistado, ensinou-nos que nada está garantido. E hoje, como ontem, cabe-nos a nós defendê-lo, com coragem, com firmeza, com solidariedade, e sobretudo com humanismo.

Muito obrigada.

ANEXO 7

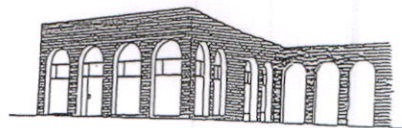
SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 21

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 26 de Setembro de 2025 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo~~/não autorizo (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome:

Ricardo Jorge Neto Faria

Morada:

[Redacted]

Nº:

Porta/Lote:

[Redacted]

Localidade:

Vila da Leiria

Código Postal:

[Redacted]

Marinha Grande

Telefone/Telemovel:

[Redacted]

CC nº:

[Redacted]

Validade:

Email:

ASSUNTO

Análise de Governança autárquica

ANEXO:

26/9/2025
Realizado
[Signature]

Marinha Grande, 26 de Setembro de 2025

Assinatura

[Signature]

ANEXO 8

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Começo por cumprimentar Sr presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande,

O ainda sr Presidente da camara municipal da Marinha Grande e na sua pessoa o restante executivo

Cumprimentar também os Senhores deputados municipais, publico presente e que nos acompanha via stream

Hoje é a última Assembleia Municipal do mandato autárquico que agora finda. E, é impossível não afirmar, sem rodeios, que o mandato do Senhor Presidente Aurélio Ferreira foi um fracasso. Um fracasso político, um fracasso administrativo e, acima de tudo, um fracasso para o povo da Marinha Grande.

O Senhor Presidente Aurélio Ferreira chegou com promessas de mudança, de dinamismo, de arrumar a casa. O que tivemos? Um concelho parado, adiado, estagnado. Um concelho que perdeu quatro anos de desenvolvimento.

Prometeu obras estruturantes: a Piscina Municipal, a residência de estudantes, o Mercado Municipal, centros escolares e até o museu da arqueologia industrial. O que concretizou? Nada. Projetos novos? Zero. Limitou-se a prolongar processos herdados, e mesmo assim falhou.

Até naquilo que parecia mais simples falhou. Basta percorrer as ruas: jardins secos, passeios tomados pelas ervas, bermas abandonadas, espaços públicos ao abandono. Nunca tivemos um executivo tão incapaz de cumprir sequer o mínimo.

Mas, curiosamente, houve tempo para agora no final do mandato fazerem-se outdoors engraçados. Um dos exemplos é o outdoor que diz “*não cruzamos os braços*”. É verdade: nas fotografias não cruzaram os braços. Mas na governação cruzaram, e cruzaram tanto que deixaram a Marinha Grande parada quatro anos.

Este mandato ficará também marcado pelas freguesias esquecidas, prejudicadas pela ausência de contratos inter-administrativos. E enquanto as freguesias eram prejudicadas pela ausência destes mesmos contratos inter-administrativos, enquanto o território esperava por investimentos estruturantes, o executivo preocupava-se em aumentar divisões, nomear chefias e gastar mais recursos, sem resultados concretos enquanto as Freguesias eram tratadas como menores, sem meios, sem recursos, sem o respeito que lhes é devido.

E não podemos esquecer um momento que define a forma de governar deste executivo: a proposta relacionada com os jovens universitários deslocados apresentada pela bancada do Partido Socialista. Uma proposta que esta Assembleia aprovou por unanimidade, com sensibilidade e responsabilidade. Mas o que disse então o Senhor Presidente? Disse, sem vergonha, que *“os jovens têm que dar antes de receber”*. Repito: *“os jovens têm que dar antes de receber”*.

Foi esta a resposta a quem representa o futuro, a quem investe na sua formação, a quem leva o nome da Marinha Grande mais longe e sonha regressar para cá. Uma frase que ficará como símbolo da falta de visão, da falta de respeito e da falta de esperança que este mandato transmitiu.

E agora fala-se do emissário submarino. Sim, é necessário e urgente — ninguém o nega. Mas não nos enganemos: o emissário vai resolver o problema da Praia da Vieira, mas vai prejudicar praias mais a sul, tal como a nossa praia sofre há anos com o emissário da Leirosa.

Convém lembrar ainda que este Presidente, enquanto vereador da oposição, nunca aprovou um único orçamento, nunca aprovou uma única revisão orçamental. Se não fosse o bom senso das outras forças políticas, o concelho já estaria parado há muito mais

tempo. E, quando finalmente chegou à presidência, mostrou que afinal não tinha nem visão, nem coragem, nem competência para governar.

E no meio deste fracasso, até o movimento que o apoiava o seu movimento se fragmentou. O senhor Presidente foi eleito pelo **+MPM**, mas perante o falhanço evidente do mandato, o **+Concelho** retirou-se da recandidatura e tirou-lhe o “+” da sigla. Retirou o mais! Só que, com total falta de respeito pela verdade e pelos eleitores, o Senhor Presidente insiste em continuar a usar o “+”, como se ainda tivesse atrás de si a mesma força política que o elegeu. Isso não é só incoerência: é uma fraude política.

Hoje, no fim do mandato, o balanço é inequívoco: uma mão cheia de nada. Um concelho adiado, freguesias esquecidas, jovens desrespeitados, promessas incumpridas.

Os marinhenses confiaram em si e foram defraudados. E não se esconda atrás de desculpas: todos os presidentes enfrentam dificuldades. A diferença está em quem as supera e quem se deixa vencer por elas

Este mandato ficará na história como o mandato das oportunidades perdidas, das promessas falhadas e da propaganda descarada. Mas os marinhenses não se deixaram enganar: querem mais, exigem mais, merecem mais.

O futuro não pode continuar refém de um movimento independente e de slogans vazios. O futuro tem de ser construído com seriedade, com competência e com resultados.
Muito obrigado.

ANEXO 9

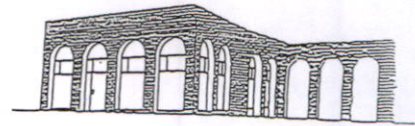
SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 2

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 26 de Setembro de 2025 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que ~~autorizo~~ não autorizo (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome	VIAGRO SOUTA GREGÓRIO		
Morada	[REDACTED]		Nº de porta/lote
Localidade	ALBERCAIA	Código Postal	[REDACTED]
Telefone/Fixe	[REDACTED]	CCP	Validade
Email			

ASSUNTO

PRESENTE, PASSADO, PRESENTE

ANEXO:

Marinha Grande, 26 de Setembro de 2025

Assinatura

VIAGRO SOUTA GREGÓRIO

ANEXO 10

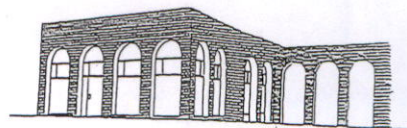
SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(artigos 18º e 38º do Regimento da Assembleia Municipal)

AUTORIZAÇÃO PARA RECOLHA E GRAVAÇÃO DE IMAGEM E SOM



Município da Marinha Grande
Assembleia Municipal

Ficha de inscrição nº 3

Na sequência da presente inscrição para intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal da Marinha Grande de 26 de Setembro de 2025 declaro, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca, que autorizo/não autorizo (riscar o que não interessa) a recolha e divulgação da gravação da minha imagem e som, em direto ou não, no todo ou em parte, e colocação à disposição do público no canal do YouTube, exclusivo para a transmissão das reuniões dos órgãos da autarquia (OA-MGTV).

Nome: Filipe Carvalho

Morada:

Nº

Porta/Lote

Localidade:

Código
Postal:

Telefone/
Telemóvel:

CC nº

Validade:

Email:

ASSUNTO

Degradacj da ULS Tmnh Grande e falta de
Resposta do executivo

Recebido
26/09/2025

ANEXO:

Marinha Grande, 26 de Setembro de 2025

Assinatura

ANEXO 11

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Relativamente à saúde pública

Nessa área Sr. Presidente a sua posição, bem como a de todo o executivo, tem sido muito limitada.

Sabemos que a Comissão de Utentes, tem vindo a reunir com V. Ex^a. Na tentativa de:

Recolocar em funcionamento pleno o SAP/24 horas

Sobre isto o Sr. Presidente tem-se vindo a refugiar nas posições da ULS Leiria, mas não o temos visto a impor uma vontade determinante para que o atendimento permanente no Centro de Saúde, venha a ser implementado com a rapidez que o assunto exige.

Relativamente às instalações de saúde pública no concelho

Também nesta área as posições da Comissão de Utentes, no sentido de pressionar a requalificação das instalações existentes, são publicas. Esta posição tem sido veiculada através de comunicados ou notas informativas que a Comissão envia regularmente aos órgãos de comunicação, locais e regionais, que as tem publicado.

Diz o Sr. Presidente que estão em curso medidas para requalificar:

O centro de Saúde

A Extensão de Vieira de Leiria.

E aqui notamos que, o Sr. Presidente, informou que ia construir uma nova extensão, sem antes o ter informado, nem discutido o assunto com quem quer que seja. De forma prepotente, à moda de um qualquer ditador quer impor a sua vontade sem se importar de a discutir com os que deveriam ser seus parceiros e que o tem sido:

A Comissão de Utentes

A Junta de freguesia

No que à extensão da Moita respeita o Sr., Presidente nem se pronuncia. Sabe que os Moitenses desejam voltar a ter na sua extensão (que tem qualidade) valências médicas que já tiveram, nomeadamente médicos, e enfermeiros que prestem cuidados de saúde a uma população, alguma dela envelhecida, que se está a ver cada vez mais desprovida de valências que merecia ter em permanência na sua extensão de saúde.

A sua posição, Sr. Presidente, também aqui tem sido passiva remetendo-se para diálogos com a ULS que não tem levado a nada.

Relativamente às urgências do Hospital de Leiria

É sabido, publicamente, que consultas de Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria e outras urgências básicas, tem estado muitas (demasiadas). vezes fechadas, neste Hospital.

Sobre estas ocorrências não é conhecida nenhuma tomada de posição pública por parte do Sr. Presidente, tendo-se limitado a ver “passar os comboios” a ver se não é chamuscado.

Sr. Presidente, do nosso ponto de vista, na área da saúde, o Sr., na prática tem-se limitado a deixar correr as coisas.

Gostaríamos que, também nestas áreas, tivéssemos um Presidente, e uma Câmara Municipal, MAIS PRO-ATIVA, mas como se tem visto essa não é a vossa praia.

Sr. Presidente seja pró-ativo, porque o reclamar por mais e melhor saúde é um desiderato que cabe aos Presidentes de Câmara, que se queiram colocar ao lado da população, tomar.

Pelo que temos visto o Sr. não tem estado para aí virado.

Acorde Sr. Presidente, pois cada dia que passa, sem atuarmos, é mais um dia que os Munícipes trem pior cuidados de saúde.

Felizmente a população tem uma saída, para estas lamentáveis situações. E, a saída é fácil. É só querer mais e melhor cuidados de saúde. Isso vai ser conseguido com toda a certeza no próximo dia 12 de outubro. E vai ser conseguido com o voto na CDU que, é e será a força política que sempre tem estado e estará ao lado das populações e, por isso, permita-me Sr. Presidente que lhe diga.

Cada voto na CDU no próximo dia 12 é um voto na luta por mais e melhor saúde no concelho e no país para todos nós.

Marinha Grande, 26/9/2025

ANEXO 12

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Estamos na última Assembleia Municipal deste mandato e avaliamos hoje também a atividade da Câmara e a situação financeira do Município.

Ora, os números falam por si: até 31 de agosto de 2025, a execução das **despesas de capital é apenas de 10,7%**, correspondendo a **2,103 milhões de euros**, e a das **despesas correntes de 49,8%**, ou seja, **19,311 milhões de euros**.

Isto significa que, mais uma vez, o investimento não saiu do papel. Obras estruturantes ficaram por fazer, e o que devia ser concretizado em benefício dos marinhenses ficou adiado.

E aqui, Senhor Presidente, permitam-me recordar palavras que não são minhas. São palavras que o atual executivo, quando ainda estava na oposição, utilizou em 2021 para justificar o voto contra um orçamento. E cito:

“Não compreendem a importância de um orçamento aprovado e adulteram-no permanentemente, portanto veja-se este ano com x modificações orçamentais. De fora ficam obras estruturantes para o futuro da nossa terra. Neste orçamento continua sem estar planeado assumir o compromisso com os munícipes de concretizar as obras do orçamento participativo dos últimos anos. Estamos perante um orçamento de continuidade, fictício e ilusório, em que muitas das rubricas transitam do ano anterior porque o executivo não conseguiu executar. Este sim é o verdadeiro problema.”

Fim de citação.

Ora, Senhoras e Senhores Deputados, esta declaração poderia ser feita hoje. Porque descreve exatamente a situação que vivemos: sucessivas revisões orçamentais, incapacidade de execução, obras estruturantes por concretizar e compromissos com a população adiados.

A diferença é que, em 2021, o atual executivo votou contra. Nós, pelo contrário, mesmo reconhecendo todas as falhas, **não somos uma força de bloqueio**.

Votaremos a favor desta alteração, porque acima de tudo está o interesse do concelho e dos marinhenses.

Mas fica registado: as críticas que fizeram então aplicam-se, palavra por palavra, ao mandato que agora terminam, no entanto vocês só não fizeram porque não quiseram e, também, não é no futuro que irão fazer.

ANEXO 13

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Chegados à última Assembleia deste mandato, é tempo de fazer balanço da atividade da Câmara e da situação financeira do Município. E o balanço é claro: quatro anos perdidos. Se quisermos identificar as áreas que marcaram este mandato, basta olhar para três exemplos evidentes:

Na Saúde, recusou em 2023 a proposta dos vereadores do PS para avaliar terrenos para o Centro de Saúde de Vieira, pois referia que só o fazia com financiamento externo. Agora, em campanha, diz que, se for preciso recorre à banca. Pergunto: se agora pode, porque não o fez quando havia proposta concreta? A resposta é simples: vaidade política. Vangloria-se em termos menos utentes sem médico de família, mas não é devido à colaboração do executivo. Ignorou um regulamento de incentivos para fixar médicos de família. Resultado: continuamos sem médico todos os dias no SAP, com centenas de utentes sem resposta, com os nossos médicos sem resposta a melhorias de condições das unidades do Centro de Saúde. Não colabora, ignora, mas vangloria-se... Sabe sequer quantas unidades tem o nosso Centro de Saúde?

No Associativismo, ouvimos sempre falar de apoios inéditos. Mas a realidade é outra: prazos não cumpridos, associações condicionadas, verbas devolvidas — como vimos esta semana, com uma devolução de 80% do apoio a uma associação. Durante quatro anos, o movimento associativo foi tratado com insensibilidade. Mas, qual não o nosso espanto quando decide convidar as Associações para uma cerimónia, A REALIZAR NO DIA DE HOJE, de assinatura de contratos programa? Em plena campanha eleitoral. É preciso ter muito descaramento. Na Habitação, quando o país inteiro discute soluções, a Marinha Grande ficou para trás. Em 4 anos arranjaram as casa de banho de 12 apartamentos num valor de 104 mil euros. O ano passado gastaram 937€ em habitação social, mantendo 74 fogos habitacionais inativos! Zero estratégia, zero investimento sério, zero liderança numa área crítica para as famílias. Senhor Presidente, no fim de quatro anos, o que fica é um concelho sem estratégia, sem visão e sem resultados. Promessas houve muitas. Obras, quase nenhuma. O Partido Socialista ao longo deste mandato representou sempre uma força de não bloqueio, seja através da minha bancada, seja através dos seus vereadores enquanto vereadores com pelouros e mesmo depois de já não os terem. Sempre procurámos soluções e não problemas. Por isso mesmo, o Partido Socialista estará sempre pronto para assumir as responsabilidades que os marinhenses entenderem confiar-lhe.

Porque sim, a Marinha vai mudar. Mas, desta vez, vai mudar para melhor porque não será convosco.

Intervenção ponto 4 - Ana Catarina Carlos (PS)

ANEXO 14

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Boa noite.

Cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas deputados, público presente e quem nos houve lá em casa.

Numa perspetiva construtiva, e foi sempre esse lema que me orientou na vida, gostaria de deixar algumas sugestões, para que este órgão, não desviando o seu desígnio, de fiscalizador e deliberativo, conseguisse incluir nos seus trabalhos, ideias para discussão, que poderiam ser interessantes para o Concelho.

Dizer também, que nas Assembleias que participei, muitas vezes, e por alguns deputados, não vi posturas construtivas, mas sim intervenções desinteressantes, em tons provocatórios que não trazem nada de bom aos debates. Entretanto, seria bom, que o novo Presidente da A. Municipal, propusesse à Assembleia, uma discussão para a atualização do Regimento atual. Em nosso entender, está desatualizado, e precisa ser melhorado.

Como cidadão e como contribuinte, há coisas que me preocupam e uma delas, é o abandono da vida política, por parte de pessoas que poderiam dar contributos válidos, e criar uma base de ideias que devidamente discutidas, poderiam ajudar no desenvolvimento socio económico local e regional. Não tenho a ousadia, de me querer incluir nessa lista. Este problema é transversal a todo o país, e pessoas que pensam por si e não querem ser controlados pelas cúpulas, saem fora da caixa, e não servem! E por isso temo, que com o passar dos tempos, a incompetência venha cada vez mais, a infiltrar-se no mundo político.

Há uns tempos que se vem falando, de uma nova crise, que poderá estar para chegar. O que por aí virá não se sabe, mas não será bom, seguramente.

Se as forças políticas locais, de uma forma sensata, equilibrada, respeitosa, não encaixarem as suas orientações na esfera do desenvolvimento económico e social do Concelho, estaremos constantemente a dar passos a trás.

O modelo político implementado em Portugal pelos donos disto tudo, há mais de 50 anos, está a ficar cansado! É tempo de ser claro e deixar de falar barato! A continuar a ser comandada por Dogmas, a Sociedade

Europeia, caminha perigosamente para o abismo. E se não for travada, cai mesmo!

A Marinha Grande continua a ser uma das maiores zonas industriais do país, tendo em conta os seus cerca de 40.000 habitantes. Mesmo com alguns mansos de longa data e com bravos empresários, trabalhadores e respetivas famílias, é caso para dizer: Não a estraguem! Este estatuto demorou décadas a construir, com muito sacrifício.

Realmente o mundo está a mudar! Se tem melhorado nalguns pontos do globo, piora substancialmente noutros. E a Europa é prova disso. E porquê? Qualquer cidadão comum percebe, o desequilíbrio que temos na Europa, provocado pelo aumento substancial dos valores que atribui, em relação aos que recebe, por via do trabalho naturalmente. O défice é cada vez maior!

Já se vêm muitos, mas não falta muito, para vermos 50 ou 60% dos jovens licenciados, a trabalhar nas caixas dos grandes espaços e a servir à mesa nos restaurantes. Não é que seja desprestigiante! Mas é muito pouco, para uma sociedade que se quer, com um nível de vida digno. E porquê? Porque cada vez produzimos menos. Dentro de poucos anos, se não se reverter a situação, passamos a ser a Europa dos serviços e comércio. Produções industriais, serão residuais. Continuamos a mandar fazer, porque esse desígnio foi incutido nos europeus há 30/40 anos a esta parte. E o lema era: Compra feito, porque fica mais barato.

As autarquias, através dos Executivos, Juntas de Freguesia e Assembleias Municipais, têm um papel fundamental, e a sua cota parte de responsabilidade, no desenvolvimento económico e social, das suas regiões. Mas todos a remar para o mesmo lado!

É com atrativos fiscais, boa mobilidade, infraestruturas médicas, escolas condignas, habitação controlada, sem burocracias, que as empresas decidem fazer os seus investimentos. Porque senão, e já aqui foi falado, saem do Concelho e procuram quem lhes dê melhores condições.

Se reunirmos estas valências, e se todos puxarmos para o mesmo lado, então o Concelho da Marinha Grande poderá vir a ombrear, com os que já estão à nossa frente, há décadas.

Embora custe a admitir a alguns, sabemos dos avanços que se deram em vários domínios no nosso Concelho, durante estes 4 anos de mandato do +MPM. Há um grande caminho a percorrer, mas a verdade é que, com grandes dificuldades, criaram-se bases para que se chegue a bom porto, num futuro muito próximo.

Lembro um problema que existia desde 1995, chamado PDM. Finalmente foi aprovado. A Secção de Obras tinha projetos opara serem vistos, com 4, 5 e mais anos. Hoje estamos com a avaliação de projetos, dentro dos timings normais. Embora com grande contestação, mas o facto é que a Vieira teve neste mandato o mais alto valor de investimento das últimas décadas, mais de 3 milhoes euros, e tem em contratação mais de 10 milhoes. Picassinos e as Trutas têm o saneamento praticamente concluído. A Moita, teve a compra de um edifício por mais de 400.000 euros, porque se a Camara não o tem comprado para fazer o Lar e Centro de dia, hoje estava nas mãos do empreiteiro porque a Associação não pagou. Temos as requalificações das escolas já com projetos aprovados, no valor de mais de 13 milhões de euros. Decidiu-se avançar com o investimento para a construção da Piscina Municipal. Tem havido uma interação com a CIMRL e a CCDRC, da qual temos tirado proveitos em termos de projetos de investimento financiados como nunca. Passámos de 1,6 M€ no mandato 2013-2017, e 6,2 M€ no mandato 2017-2021, para 11,6 milhões neste mandato. E por falar em projetos: Quando chegámos à Camara, há 4 anos, sabem quantos projetos havia? Nenhum!

Bom, para terminar, deixo um voto sincero, para que as pessoas que venham a ser eleitas no próximo dia 12 de outubro, levem em conta estes desafios: Concluir os projetos existentes, que são significativos e sigam com firmeza, o rumo traçado.

Muito obrigado.

Marinha Grande 26 de Setembro 2025

Carlos Wilson

Deputado + MPM

ANEXO 15

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Assembleia Municipal Ordinária – 26.09.2025

Intervenção integrada no ponto 4 da ordem do dia - Deputado Artur Jorge Santos / +MPM

Sendo esta a minha última assembleia e também esta a minha última intervenção parece-me adequado dizer o seguinte:

Ao longo de 8 anos, tentei desempenhar com empenho e espírito colaborativo as funções que me foram atribuídas, retribuindo dessa forma a confiança que os eleitores depositaram em mim.

Saio de consciência tranquila, pois se eventualmente não consegui concretizar na integra esse desiderato, terá sido por outras falhas que não a falta de dedicação.

É também com muita tranquilidade e até com orgulho que recordo que no primeiro mandato, estando na oposição, logo numa posição em que a crítica é recorrente e fácil, sempre tratei com educação e urbanidade os meus pares assim como e sobretudo, os membros do executivo então liderado pela Prof. Cidália Ferreira.

Em jeito de despedida, e começando pela figura maior desta assembleia, desejo ao sr. presidente da mesa muita saúde e felicidade. Espero que tenha desfrutado plenamente as suas funções. *En passant* não posso deixar de partilhar consigo um no episódio muito curioso ocorrido no debate dos candidatos ao seu posto. Uma das candidatas referiu em alto e bom som como é seu apanágio, que durante o mandato que agora termina, o sr. presidente foi notoriamente conivente com a bancada do +MPM.

Como eu não estava ciente deste aspeto, talvez por insensibilidade ou desatenção, quero então agradecer ao sr. Presidente a suposta conivência que teve com o +MPM, ainda que eu não me recorde durante os 4 anos anos deste mandato de ver algum deputado do +MPM a ir ao púlpito 5,6,7 e 8 vezes, sem qualquer controlo dos tempos das intervenções.

Despeço-me também dos vereadores sem pelouros desejando-lhes tudo de bom.

Quanto aos membros do executivo do +MPM, enquanto deputado e munícipe, quero agradecer-lhes todo o empenho, dedicação e esforço dedicados a uma causa tão nobre quanto difícil. Num contexto nunca antes experimentado, (foram o primeiro executivo a ter de integrar mais de 250 trabalhadores decorrente da delegação de competências), num ambiente de hostilidade continua, souberam resistir e manter a serenidade necessária para concretizar uma grande parte dos objetivos propostos. Sabendo que a luta será renhida, espero que a maioria dos munícipes saiba reconhecer tudo o que fizeram, pois vocês merecem continuar a concretizar este projeto, que nunca foi um projeto para apenas um mandato.

Assembleia Municipal Ordinária – 26.09.2025

De entre vós, permitam-me que faça um destaque tão especial quanto merecido. Refiro-me a vice-presidente Ana Isabel, que como todos sabemos não será candidata às mesmas funções. Só a Ana Isabel saberá a verdadeira dimensão do trabalho que produziu, as horas sem fim que dedicou, os sacrifícios pessoais e familiares a que se sujeitou, mas aqueles que acompanharam de perto o seu percurso sabem bem da magnitude do serviço público que prestou à comunidade. Tudo isto tendo de suportar bissemanalmente ataques serrados quase sempre com críticas injustas (estas extensivas aos restantes elementos do executivo) sempre mantendo a calma e a compostura.

Até à recorrente e incompreensível menção à recente alteração do seu apelido, tem resistido com elevação e serenidade, ao contrário de quem a profere que demonstra à saciedade que escolaridade não é sinónimo de boa educação.

Desejo à Ana Isabel as maiores felicidades a todos os níveis, incluindo assim esperamos, na futura função de presidente desta assembleia, onde irá provar uma vez mais todas as suas qualidades. Um dia a história far-te-á a justiça que mereces.

Por último, despeço-me dos meus colegas de bancada e dos meus congéneres deputados das outras forças políticas. Para além de vos desejar a todos sem exceção, as maiores felicidades, permito-me sugerir aqueles que continuarem nesta assembleia no próximo mandato, que tenham a coragem e a temperança necessárias para discernir entre os interesses dos vossos partidos e os reais interesses da população do nosso concelho. Dizem os politólogos, que a ação política assenta invariavelmente em 3 pilares: VALORES, INTERESSES e PODER e que o PODER ou a ânsia de o atingir, prioriza geralmente os Interesses que são particulares em detrimento dos VALORES que são ou deveriam ser de todos.

Refiro isto, para contextualizar a seguinte inconfidência:

há cerca de 3 anos, um dos meus filhos, candidatou-se a uma vaga que abriu nos quadros da câmara municipal. Concorreu em pé de igualdade com os demais candidatos e não foi selecionado.

O eng. Aurélio Ferreira e a dra Ana Isabel de quem sou amigo há mais de 40 anos estão a tomar conhecimento deste assunto pela primeira vez.

Não telefonei a ninguém, nem mandei recados a ninguém.

Estes são e sempre serão os meus valores. Estes são e sempre serão os valores do +MPM.

ANEXO 16

SESSÃO ORDINÁRIA

26.09.2025

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mos Secretários

Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores

Caras e caros Deputados Municipais,

Estimados colegas Presidentes de Junta,

Público presente e a todos os que nos acompanham, muito boa noite.

É com grande emoção que hoje tomo a palavra, nesta Assembleia enquanto Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande, em fim de mandato.

Foi com grande honra e espírito de missão que aceitei o desafio de representar a minha Freguesia e de servir a população, fi-lo com toda a dedicação, empenho e sentido de responsabilidade. Foram tempos de muito trabalho, de desafios que exigiram muita resiliência, mas também de conquistas que só foram possíveis graças à cooperação de muitos: dos trabalhadores da Junta de Freguesia, das associações locais, das instituições parceiras, da Câmara Municipal, e, também desta Assembleia.

A política de proximidade é, talvez, a mais exigente, porque lida diretamente com os problemas e as aspirações das pessoas no seu dia a dia. Mas é também a mais gratificante, em que cada pedido correspondido, cada resposta social, cada melhoria nos serviços da freguesia representa uma diferença real na vida das pessoas. Na verdade, foi o que me motivou e deu forças nos momentos menos bons e mais desafiantes, cresci como pessoa, adquiri mais conhecimento e estou hoje mais envolvida na comunidade como cidadã, sinto-me grata por ter tido esta oportunidade.

Na verdade, muito foi feito, mas também que muito mais haverá sempre por fazer. A nossa freguesia e concelho são dinâmicos, vivos e merecem que o seu futuro continue a ser construído com empenho e visão. **Tenho confiança de que os próximos executivos darão continuidade a este caminho.**

Agradeço à população, pelo espírito de cooperação, pelo diálogo franco e pelas palavras amáveis que me foram dirigidas, sim realmente as pessoas são muito amáveis;

Agradeço: Aos meus colegas do Executivo por estarem presentes quando deles necessitava;

Aos colegas Presidentes de Junta, pelo espírito de partilha e de solidariedade institucional;

À Câmara Municipal e aos Srs. Vereadores pela partilha e cooperação, ao Executivo +MPM pelo empenho em fazer mais e melhor e pela resiliência demonstrada, de por vezes ter de “remar contramaré” e à Assembleia Municipal, pelo debate democrático, nem sempre fácil, mas sempre enriquecedor.

Saio com a consciência de que servi com honestidade, transparência e sentido de missão. Continuarei a ser cidadã ativa, disponível para colaborar e contribuir para o bem comum.

Termino com um voto de esperança no futuro, que continuemos todos a colocar os interesses das nossas comunidades acima de qualquer outro, porque esse é o desígnio dos que são eleitos pelo povo para os representar e fazer o melhor pela nossa terra, **que haja efetivamente um compromisso com o futuro da Marinha Grande!** Acredito que o +MPM vai continuar a contribuir para construir esse Futuro!

Muito obrigada!